

INTRODUÇÃO

O Brasil rural e suas múltiplas leituras

Maria Thereza Macedo Pedroso

Marlon Vinícius Brisola

Zander Navarro

No presente século, a sociedade brasileira tem sido sistematicamente informada, através de vias e meios os mais diversos, acerca do promissor nascimento no país de “um novo rural”. O qual estaria sendo estruturado sob fulgurante arquitetura tecnológica, para a maioria das fontes que assim difundem, igualmente produzindo avassaladora riqueza, pois foi alcançando o Brasil à destacada posição de potência mundial na produção de alimentos. Uma nova ordem que potencialmente garante, em consequência, padrões de prosperidade sem precedentes em diversas regiões do interior do país. Sem surpresa e sob inesgotável criatividade, há pouco menos de dez anos, a maior rede televisiva veicula diariamente, em horário considerado nobre e de alta audiência, influente propaganda sobre a moderna produção do setor. Sobre esses relatos que exaltam “o novo rural”, são quase infinitas as evidências que vão sendo acumuladas no debate público. Como concisa ilustração, é revelador o percurso da palavra “agronegócio”, que se insinuou gradativamente, ainda na década de 1990, mas tornou-se ubíqua nos anos atuais, sendo sempre pronunciada com admiração e até algum espanto. Como se indicasse um fenômeno surpreendente e, para alguns talvez desinformados, seria até inédito, pois supostamente sem comparação com processos similares em outros países.

Em direta oposição, pois refletiria um passado condenado a desaparecer sem deixar rastros, o termo “latifúndio” (ou seu correlato “latifundiário”) praticamente dissipou-se na esfera da conversa pública, sendo essa uma

fascinante curiosidade que reflete a volatilidade das percepções sociais. Pois se a designação refere-se a sujeitos associados à palavra, não mais citados ou lembrados, o objeto (as imensas propriedades de terra privadamente apropriadas) não apenas continua a existir, mas em algumas regiões, especialmente no Centro-Oeste, esses imóveis de utilização improdutiva até mesmo ampliaram o domínio de parcelas de terra própria. De fato, conforme provado em estudos realizados a partir de estatísticas censitárias, o índice de Gini relativo à concentração da propriedade da terra no Brasil praticamente se mantém inalterado desde a década de 1970 (em torno de 0,76), não obstante os programas de redistribuição de terras operados, em particular, entre 1995 e 2010 (Hoffmann, 2020).

Outra evidência acerca de um efeito indireto do “novo rural”, manifestado quase cotidianamente na prolífica e onipresente musicalidade que nos cerca, seria a emergência de uma atividade, a música sertaneja, hoje primordialmente um negócio altamente lucrativo, mas nascida da cultura musical caipira do passado, antes socialmente desprezada, mas depois “res-significada” e mercantilizada ao extremo. São alguns exemplos dos processos que identificam a profunda transformação, em todos os âmbitos, que vêm reconfigurando os espaços rurais do Brasil, sobretudo no presente século.

Em decorrência, analisar e refletir sobre “o rural”, sob diversos focos de análise e não apenas o tecnológico-produtivo ou o econômico-financeiro, fundando-se, seja nos fatos empíricos ou mesmo sob aspectos essencialmente epistemológicos, é tema de acesa discussão. Até mesmo por ser quase proibida alguma problematização crítica sobre a dinâmica expansão da economia agropecuária, segundo certos agrupamentos sociais que incluem, inclusive, setores científicos. Como se o desenvolvimento agrícola e agrário do Brasil, em suas particularidades supostamente virtuosas, fosse um caso excepcional e único de transformação econômica e produtiva isenta de qualquer laivo de negatividade.

Como analisar tal reviravolta em nossa história rural, quando vão sendo apagados os primitivos espaços agrários do passado e suas antigas e atrasadas facetas que marcaram o vastíssimo interior rural do país *vis-à-vis* a gigantesca proporção atual assumida pela produção agropecuária e suas

fortes relações globais dominadas por poderosas cadeias de valor? Até aqui poucos estudiosos têm oferecido robustas interpretações a respeito, ainda que estudos pioneiros venham surgindo nos anos mais recentes.¹ Seriam inúmeras as possibilidades de demonstrar concretamente o intenso processo de transformação das regiões rurais brasileiras, arrolando e descrevendo fatos, indicadores e estatísticas sob ângulos os mais diversos.

Apenas como breve ilustração adicional, citam-se alguns dados e facetas sobre o equipamento-símbolo da modernização no campo – o trator. No Brasil, em 1950, eram apenas 8,3 mil, portanto quase invisíveis, em face da imensa vastidão do território. O número indicava uma relação gigantesca de 2.281 hectares da área agrícola utilizada, em relação a cada trator registrado pelo censo daquele ano. Pouco mais de meio século depois, segundo o Censo de 2017, essa relação teria decrescido para apenas 52 hectares plantados com cultivos agrícolas em relação a cada trator. E o número total de tratores no Brasil rural, segundo o mesmo Censo, já atingira 1,3 milhão de unidades, não surpreendendo as repetidas imagens de dezenas de colheitadeiras e tratores envolvidos nas atividades agrícolas, em particular na produção de grãos do Centro-Oeste – o novo eldorado agrícola do país. A chegada desse equipamento mecânico no campo, como é notório, produz múltiplos e abrangentes efeitos, não apenas a substituição de animais ou o trabalho manual. Do ponto de vista da sociedade, seu impacto geral mais decisivo é garantir, após algum tempo, que mais pessoas possam ser alimentadas com a produção decorrente do aumento da área plantada, assim liberando gradualmente parcelas crescentes dos cidadãos moradores em regiões rurais e desempenhando, portanto, uma função histórica sempre atribuída ao setor e consagrada há anos na literatura (Castro, 1971).

A mecanização das atividades agrícolas ancorada centralmente em torno do trator desenvolve o surgimento de diversas outras ocupações e atividades, articulando os interesses comerciais e econômicos e, além de viabilizar a expansão da área plantada e aumentar a produtividade, também

1 Talvez seja relevante citar que ainda não existe uma fundamentada “história do Brasil rural”. Sem citar outros estudos tentativos anteriores, nesse século destacam-se os esforços pioneiros de Buainain *et al.* (2014), Chaddad (2016), Klein e Luna (2020, 2023) e Barros e Navarro (2020).

produz mais conforto nas lides do trabalho agrícola. Em síntese, assim como ocorreu em outros países, a expansão da mecanização e o crescimento dos tratores utilizados produzem, de fato, uma verdadeira revolução no campo, inclusive porque igualmente viabiliza o enraizamento do modelo tecnológico autointitulado de “moderno”, tornando-o gradualmente hegemônico. E tal paradigma de organização da economia agropecuária traz consigo um sem-número de outras firmas a jusante e a montante, lentamente materializando as cadeias produtivas em cada subsetor e, posteriormente, a sedimentação do chamado sistema agroalimentar. Este último articulando entre os seus participantes a concretização da lógica essencial que naturaliza o regime econômico dominante e seus distintos interesses privados, o crescimento (e as disputas) da distribuição da riqueza, o surgimento de normas de regulação que passam a se impor, novas instituições, a evidenciação de imperativos tecnológicos, entre outras manifestações antes inexistentes. Em síntese, constrói-se paulatinamente um inédito e intricado ambiente produtivo e organizacional caracterizado pela crescente complexidade em seu funcionamento cotidiano, exigindo maior capacidade de gestão de todos os envolvidos, além de desafios imensos de governança.

A referência à chegada dos tratores no campo não é ocasional, fortuita ou, menos ainda, seria irrelevante em diversas histórias rurais nacionais já analisadas na literatura. Esses são equipamentos emblemáticos que, durante décadas, simbolizaram a “real modernização” da agropecuária, nos últimos cem anos, começando com a sua expansão nas regiões rurais dos Estados Unidos, a partir dos anos vinte do século passado. Naquela época, o setor empregava um terço da força de trabalho total do país e respondia pela formação de 15% do PIB norte-americano. Em 1920, apenas 4% dos estabelecimentos rurais possuíam tratores, proporção que se elevou timidamente para 23% vinte anos depois, somente disparando exponencialmente no pós-guerra (Steckel e White, 2012). Os historiadores demonstraram que o crescimento das vendas de tratores, nos Estados Unidos, foi surpreendentemente lento, pois os primeiros modelos eram ainda rudimentares, a substituição dos trabalhadores por máquinas exigia um certo tempo de reestruturação e as próprias propriedades rurais necessitavam reorganizar-se de forma substantiva para adentrar um processo produtivo mais

mecanizado. São equipamentos que funcionam mais eficientemente em propriedades maiores e requerem razoáveis investimentos dos produtores, exigindo algum planejamento e, portanto, apenas parcelas dos estabelecimentos reuniam condições para uma rápida adesão às novas tecnologias. Até se atingir o patamar atual, sob o qual existe quase uma relação de dois tratores para cada estabelecimento rural.

O exemplo específico acima e a comparação da história rural daquele país e a do Brasil demonstram, entre outros ângulos, diferenças dramáticas. Uma delas em termos dos “tempos da inovação”, pois a revolução tecnológica da agropecuária brasileira, de fato, vem ocorrendo durante um período curto e aproximado de apenas duas gerações. Dessa forma, sugerindo, claramente, que foi transformação que se beneficiou do aprendizado já consolidado, em relação ao modelo tecnológico chamado de “moderno” disponível internacionalmente para desenvolver as atividades do setor – sobretudo a partir dos anos cinquenta, sob os auspícios da chamada “revolução verde”. E, ao ser implantado em nosso país, vem reconfigurando radicalmente o “mundo rural” em todos os seus aspectos e em velocidade muito mais rápida, quando comparado, por exemplo, com os casos norte-americano e europeu.

Trata-se, no entanto, de apenas um exemplo, entre muitos outros que poderiam ser citados, nas variadas cadeias produtivas que foram estruturadas nas regiões rurais, gradualmente também consolidando o referido sistema agroalimentar, cada vez mais hegemônico por imperativos financeiros, unindo o campo e a cidade, a agropecuária, a indústria e os serviços, além de também gradualmente refletir os comportamentos sociais, em termos da qualidade dos alimentos produzidos ou outras demandas ocasionais dos consumidores. E sem ponderar nesse breve comentário mais amplamente sobre o impacto ambiental, o qual tem sido uma crescente preocupação de muitos grupos sociais, em face do fenômeno das mudanças climáticas. Ou ainda os fortes impactos sobre o mundo do trabalho e suas ocupações (agrícolas e rurais), as quais vêm sofrendo mutações abrangentes de forte significação para aqueles que, no campo, tradicionalmente se empregavam em tais atividades. E sem comentar, por fim, sobre os recentes desenvol-

vimentos tecnológicos em torno da “digitalização da agricultura” ou os efeitos ainda imprevisíveis da inteligência artificial na reestruturação do setor e seus processos e técnicas que vão sendo oferecidos, os quais provavelmente irão transformar, ainda mais profundamente, o que entendemos por “economia agropecuária”.

Ecoando todas essas dimensões, mudanças, tendências e processos e seus efeitos e impactos, em coletânea recentemente publicada, intitulada **O Brasil rural contemporâneo. Interpretações** (2022), os organizadores propuseram um esforço adicional e renovado de análises sobre o imenso Brasil do interior e sua economia agropecuária. No livro, sete experimentados pesquisadores analisaram o Brasil rural no período contemporâneo e propuseram distintas “interpretações” que pudessem iluminar o estado atual e o futuro próximo desse setor. Mas, reconhecendo ser um desafio extremamente complexo e de difícil consecução, requerendo novas tentativas posteriormente, os organizadores do livro manifestaram a expectativa de que:

“(…) esse conjunto de leituras analíticas anime outros esforços de pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre a sismica transformação estrutural observada no último meio século. De uma economia agropecuária rudimentar, primitiva e epítome consensual do “atraso” à situação atual do setor, cada vez mais incensado como o mais moderno na economia e, em especial, o mais aberto às inovações. Uma poderosa “máquina de produção de riqueza” que mantém, contudo, um desafiador padrão de desigualdade social. Trata-se de uma transição tão consequente que vem mudando não apenas os espaços sociais rurais, pois suas ramificações se estendem em toda a sociedade (…).” (Barros e Navarro, 2022, p. 11-12).

Este livro ora sendo oferecido à comunidade de estudiosos e pesquisadores, **O Brasil rural. Novas interpretações**, atende ao chamado acima, reunindo quinze artigos que produzem reveladores olhares sobre o vasto mundo rural brasileiro e, assim, contribuem decisivamente para permitir uma leitura ampla, multifacetada e quase completa sobre o padrão de desenvolvimento social e econômico que atualmente caracteriza os ambientes rurais do país. Os artigos seguem a ordem alfabética do nome do primeiro autor e, como se perceberá, analisam um diverso conjunto de assuntos, os quais, “costurados” analiticamente, avançam com robustez analítica na compreensão do processo histórico de transformação reiterado nesta Introdução.

Como os artigos seguem a ordem referida, os focos específicos de cada texto não foram agrupados em temáticas próximas. Dessa forma, a sequência espelha uma variação significativa, conforme os objetivos definidos por cada autor, individualmente, ou conjunto de autores, quando escritos em coautoria. Como são numerosos e riquíssimos, tanto nas metodologias adotadas, os enfoques analíticos e, particularmente, em relação às conclusões, sintetizá-los com exatidão, sem dúvida estenderia demasiadamente esta Introdução. Por essa razão, nesta parte que abre a coletânea, os organizadores, tão somente, identificam os artigos e seus autores, acrescidos de um argumento, frase ou proposição que centralmente fazem parte de cada texto específico. Não se trata, portanto, de uma apreciação justa e adequada sobre cada artigo componente do livro, mas apenas uma indicação ligeira que – assim se espera – possa despertar o interesse de futuros leitores.

Os organizadores sentem-se honrados de abrir o livro (seguindo a ordem alfabética) com o artigo de Alfredo Kingo Oyama Homma, talvez o maior especialista mundial sobre o bioma “Amazônia”. Autor de copiosa produção científica relacionada ao assunto, é referência obrigatória quando se discute os impasses, os desafios e as possíveis soluções atualmente experimentadas pelas populações residentes na região. Além, sem dúvida, dos temas relacionados às particularidades do bioma, sobretudo em função das ameaças decorrentes de ações de desmatamento e queimadas, somadas às mudanças climáticas. Como frase que sustenta a análise de seu artigo, intitulado *Agricultura na Amazônia: desafios e oportunidades para o presente e o futuro*, Homma insiste sobre “um fato indesmentível. As agendas externas passaram a controlar a região, tanto no sentido positivo como no tocante às suas consequências negativas, mudança favorecida pela persistente desorganização regional e até mesmo a relativa ausência do Estado, associadas à fraqueza do capital social” e, assim, portanto, “inexistem soluções mágicas” para os inúmeros problemas da Amazônia.

O artigo seguinte igualmente conta com a autoria de um autor de imensa reputação científica e vasta experiência, como estudioso, pesquisador e professor – Amílcar Baiardi. Seu texto intitula-se *Avaliando intervenções desenvolvimentistas no Nordeste e no Semiárido rural brasileiro: mudar*

ou *permanecer?*, no qual dirige sua lente principal para a história rural do Nordeste e, em particular, para as múltiplas e sequenciais formas de intervenção governamental destinadas a confrontar os desafios da pobreza e das inclemências climáticas. Ou, nas palavras do autor, procurou-se no trabalho “dialogar com a literatura sobre as intervenções desenvolvimentistas para o Nordeste e para o Semiárido e avaliar sua resultante eficácia em termos de redução dos indicadores de carências e do desequilíbrio econômico e social da região em relação a outros territórios brasileiros”. Ao fim e ao cabo, contudo, Baiardi conclui que “as intervenções públicas repetem ciclicamente seu escopo, sendo, sempre, mais do mesmo. Nem a natureza e nem a formação histórico-econômica favorecem encontrar caminhos de prosperidade para o Semiárido, caso se dê continuidade às intervenções públicas que vêm se repetindo há cerca de cinco ou seis décadas”.

O Capítulo 3 do livro é de autoria de Armando Fornazier, Kelma Christina Melo dos Santos Cruz e Amanda Borges de Souza. Os autores procuram analisar um tema mais específico, embora de nítida importância social. Intitula-se *Mercados para a agricultura familiar: políticas de compras públicas e a valorização da sociobiodiversidade alimentar brasileira*. Estudam os esforços de formação de mercados para o grande grupo de produtores intitulados de “familiares”, os quais, adicionalmente, ao realizar tais compras (institucionais), também valorizam os distintos grupos de famílias rurais e produtores que caracterizam a diversidade social das regiões rurais do país. Os autores se dedicaram a esmiuçar as políticas intituladas de “aquisição de alimentos” (PAA), de “alimentação escolar” (PNAE) e de “produtos da biosociodiversidade” (PGPM-Bio). A importância do artigo, contudo, não reside apenas no esclarecimento sobre a importância social da agricultura familiar e sua responsabilidade na produção total de alimentos, mas porque alertam sobre a existência de “poucas análises recentes e de abrangência nacional, no que se refere aos tipos de produtos, valores ou sobre a importância desses produtos para grupos locais de agricultores/extrativistas”.

O capítulo seguinte intitula-se *Dimensão espacial e determinantes da mão de obra familiar nos municípios de Minas Gerais, em 2017* e tem a autoria de um trio de pesquisadoras vinculadas à Universidade Federal de Viçosa

e do IBGE, Eliene de Sá Farias, Ana Louise de Carvalho Fiúza e Angelita Alves de Carvalho. Trata-se de um estudo específico sobre Minas Gerais, mas a metodologia de análise certamente permitiria ampliar a produção de conhecimento similar para os demais estados. O estudo desenvolve um tema de forte relevância atual, cujo conhecimento empírico será ainda mais decisivo nos anos à frente. Qual seja, as relações entre as atividades produtivas e as características sociais e econômicas dos produtores e a oferta de mão-de-obra, sobretudo familiar, naquele estado. Utilizam denso arsenal estatístico e elaboraram visualizações espaciais sobre tais características. A análise realizada permite concluir com segurança a estreita relação entre processos de modernização tecnológica e maior prosperidade econômica e uma correspondente redução na oferta de trabalho familiar. No artigo, as autoras demonstram esse e outros resultados também por meio de reveladores mapas, os quais evidenciam os resultados da problemática estudada.

Eliziário Toledo, no quinto artigo, desenvolve um minucioso estudo sobre a organização sindical dos pequenos produtores rurais no Brasil. É autor que detém vasta experiência em diversos campos, sobressaindo-se, contudo, seu denso conhecimento sobre o tema “agricultura familiar e suas organizações”. Seu texto tem por título *O sindicalismo e os movimentos na agricultura familiar: entre a realidade e a fantasia*. É estudo que enfrenta analiticamente as contradições experimentadas pelas entidades que pretendem representar esse grupo de produtores e os crescentes desafios da vida econômica na qual estão envolvidos. O texto é detalhado e discute criticamente diversos problemas que foram surgindo e não encontraram satisfatório encaminhamento pelas organizações. O principal bloqueio talvez sintetizado pela reflexão do autor: “O conjunto de transformações efetivadas pela emergência do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, entre outras mudanças ocorridas nas regiões rurais, estão passando ao largo, na medida em que as bandeiras de luta estão congeladas em perspectivas que ainda reproduzem sentimentos e demandas descoladas da realidade transformada dos agricultores”.

Na continuidade, Gabriel Medina (UnB) se dedica, no Capítulo 6, a tema de imediata relevância para a compreensão do padrão de acumulação

da economia agropecuária brasileira. Seu objetivo é demonstrar empiricamente a formação e posterior evolução da “agroindústria”, a montante e a jusante, ou seja, o conjunto de firmas atraídas pela forte expansão da produção agropecuária nacional e sua correspondente riqueza. Por isso o título do artigo: *Desenvolvimento agroindustrial no Brasil*. O autor realiza um intenso esforço de pesquisa empírica e demonstra a existência, em particular, de três arranjos de investimentos em segmentos agroindustriais, igualmente mostrando que vem ocorrendo significativa expansão em tais agrupamentos. Sua análise argumenta que “para além da produção primária de *commodities* agrícolas, são necessários investimentos em segmentos agroindustriais que melhor remuneram capital e trabalho e onde as empresas domésticas consigam competir. Ao investir nos setores agroindustriais e superar o foco exclusivo na expansão da produção primária para novas fronteiras agrícolas, os países em desenvolvimento podem se beneficiar do avanço do agronegócio para seu crescimento econômico”.

Professor na UFPR, Junior Ruiz Garcia oferece, no Capítulo 7, uma relevante e inovadora análise fundada em visão teórica e empírica (ainda) pouco usual – *O Brasil rural: interpretações da Economia Ecológica*. No estudo, o autor sugere que as análises realizadas sobre a economia agropecuária enfatizam “o avanço econômico-monetário da produção e do rendimento, com destaque para o papel das tecnologias”, enquanto “adotam quase que exclusivamente variáveis monetárias” e, assim, “ignorando os aspectos biofísicos e o papel dos serviços ecossistêmicos”. O capítulo desenvolve uma interpretação do Brasil rural ancorado no citado modelo, mas foca em dois temas centrais, a ocupação do território e um debate crítico sobre a produtividade. No primeiro caso, Garcia sustenta um argumento raramente valorizado nas análises tradicionais, que seria o relativo esgotamento na utilização do recurso terra e, no tocante à produtividade, aponta que os resultados seriam “sobrestimados, em especial a respeito do papel dos fatores de produção e da tecnologia, mas subestimadas para a terra, além da ausência dos serviços ecossistêmicos” e, portanto, são análises que “ignoram o fluxo de matéria e energia, os quais são essenciais para a realização da fotossíntese e do papel dos serviços ecossistêmicos, como a relativa estabilidade climática”.

No oitavo artigo da coleção (*A essencialidade das exportações no crescimento da economia agropecuária*), Leandro Gilio e Nicole Rennó Castro analisam, primeiramente, a “essencialidade das exportações” da agropecuária. São decisivas por muitas razões, talvez a principal delas, do ponto de vista social, a direta relação entre o aumento das exportações e a sobrevivência na atividade da ampla maioria dos produtores rurais de porte médio e pequeno. Sendo o mercado doméstico limitado pelo padrão geral de distribuição da renda, encontrar novos mercados externos é o único caminho para esse grande grupo de produtores manter-se na atividade. Esta parte detalha amplamente sobre o excepcional crescimento das exportações brasileiras, o que tem se traduzido em formidáveis ganhos na balança comercial. Na segunda parte do artigo, os autores relacionam tal dinâmica econômica com “o mundo do trabalho”, iluminando as tendências relativas às diferentes formas de ocupação nas regiões rurais e, para tanto, analisando as Pnad(s), desde meados dos anos noventa e até o mais recente levantamento disponível. Comprovam a “existência de forças de especialização produtiva e de eliminação de produtores menos competitivos”, em decorrência da “crescente vinculação do agronegócio brasileiro aos mercados internacionais e o consequente acirramento da competitividade no setor”.

O artigo seguinte (Capítulo 9), intitulado *Uma análise da expansão e da dinâmica da cultura sojícola no Brasil*, traz novamente três autores, o primeiro deles o pesquisador da Embrapa Márcio Rogers Melo de Almeida e os outros dois são professores e pesquisadores da Unicamp, Rodrigo Lanna Franco da Silveira e Alexandre Gori Maia. Como indicado, os autores analisam a “explosão da soja” no Brasil rural contemporâneo, atingindo um terço do total do valor bruto da produção entre os anos de 2020 e 2023, com o Brasil produzindo aproximadamente 40% da produção mundial da leguminosa. Se forma “uma cadeia de valor ancorada em um eficiente sistema setorial de inovação, que tem como um dos resultados a incorporação contínua de tecnologias aos seus sistemas de produção agrícola com elevada uniformidade” e, assim, argumentam os autores, há “baixa dispersão nos indicadores de produtividade da soja entre as diversas regiões (com suas estruturas fundiárias e características de estabelecimentos diversos) e os biomas nacionais. Sobre tais facetas, constitui-se uma “força da cadeia sojícola” e esta,

para seus participantes, oferece “conjunto de soluções tecnológicas viáveis e com relativa estabilidade de oferta, diminuindo os riscos e as assimetrias informacionais e induzindo à tomada de decisão em inovar”.

No décimo artigo do livro (*Mudanças na estrutura social do rural brasileiro – uma abordagem institucional*), Marlon Brisola analisa a estrutura social dominante nos ambientes rurais no Brasil, fundando-se em uma abordagem institucionalista. Resgatando alguns dos modelos e argumentos principais da tradição teórica sobre as “Variedades de Capitalismo”, o autor constrói conexões entre as características do típico produtor rural do século passado e um tipo ideal do atual produtor, integrado à economia agropecuária atualmente dominante. Nessa análise, são abordadas diferenças estruturais que influenciam ou são influenciadas socialmente no campo, evolução que vai gerando novos personagens no campo. Trata-se de um dos mais marcantes efeitos da transformação recente, pois “o rural mudou e transbordou para as cidades, para o agronegócio, mas intimamente ele conserva sua estrutura dependente da proteção estatal”, assim reiterando uma das facetas principais de um dos tipos analisados no campo analítico das cidades “variedades”, que seria o modelo intitulado “Capitalismo Hierárquico”. Sob tal via, típica da história latino-americana, grandes grupos familiares dominariam a economia e a política, mas seguem vinculados a intensa e conflituosa relação com a centralização de poder nas organizações estatais.

O desempenho da economia agropecuária brasileira: um ensaio histórico: esse é o título do Capítulo 11 e foi escrito por um economista com ampla experiência sobre os temas rurais do Brasil. O artigo de Mauro Márcio Oliveira reflete sua abrangente leitura acumulada e propõe, de fato, um “ensaio histórico”, sob o qual analisa diversos ângulos relevantes destinados a responder à pergunta: como explicar o sucesso da agricultura no Brasil? Para tanto, ressalta, é preciso preliminarmente aceitar que se trata de “um objeto bastante complexo” e, também, para evitar “operar uma simplificação extrema da qual participam apenas os elementos dominantes”. O artigo lida sucintamente com diversos ingredientes analíticos, como os “elementos originários da história”, o papel central dos cerrados, o progresso técnico na expansão do território, a renda da terra e os processos de desmonetização.

Também realiza uma leitura inovadora sobre o comércio internacional, pois é “um meio de aumentar a acumulação interna, ao forçar o aumento sistemático da escala, o que favorece diretamente a produtividade. Quanto mais se exporta, maiores as possibilidades do aumento da escala da produção interna e melhores resultados se podem obter, ainda que à custa da degradação ambiental”.

O Capítulo 12 traz a autoria do professor e pesquisador Paulo Dabdal Waquil (UFRGS), em texto que discute extensamente um tema geral extremamente desafiador, tanto em termos empíricos como teoricamente. O artigo intitula-se *Transformações na agricultura brasileira: diversidades regionais e a coexistência de diferentes modelos produtivos*. Sua análise procura problematizar uma noção generalizada sobre o novo momento vivido pela economia agropecuária, uma nova fase que estaria sugerindo, para muitos estudiosos, uma crescente uniformização ou, nos termos da literatura, uma homogeneidade estrutural. O artigo se vale de numerosas evidências estatísticas para destacar que “nem sempre as características de um novo momento substituem as características singulares do momento anterior, podendo se perceber sobreposições nas dinâmicas produtivas da agricultura e do setor agroalimentar como um todo”. O esforço analítico procura “entender as transformações como processos não-lineares, discutir as heterogeneidades regionais e as disparidades na alocação de recursos, na produção, na produtividade e no acesso a mercados, conduzindo à coexistência de diferentes modelos produtivos”.

Paulo Freire Mello escreveu o capítulo seguinte, na condição de um dos mais experimentados estudiosos dos temas fundiários do país. Técnico do Incra, vem escrevendo sobre tais assuntos há muitos anos e seu artigo tem como título *Uma avaliação da reforma agrária brasileira*. Ante tal objetivo, é tema para alguns controverso, embora o texto seja firmado em termos rigorosamente factuais e empíricos e, portanto, Freire Mello demonstra categoricamente o esgotamento da política de reforma agrária (ou, corretamente, apenas redistribuição de terras), cujos resultados, salienta, são bastante significativos, beneficiando aproximadamente um milhão de famílias (vinte por cento do total de estabelecimentos rurais). Discute as

vicissitudes do processo, no período contemporâneo, incluindo detalhadas análises sobre o precário funcionamento da autarquia dedicada ao tema. Pois se o Incra tem como missão a reforma agrária, o cadastro de propriedades rurais, a certificação e, finalmente, a titulação dos imóveis, suas conclusões são condenatórias, pois a reforma agrária, “acabou há dez anos” e sobre a titulação, seguindo o ritmo recente, exigiria “sessenta anos para concluir a titulação dentro dos assentamentos”.

O penúltimo artigo tem a autoria de Zander Navarro. Sua reflexão tem como título *O Brasil rural: o pressuposto da totalidade* e pretende, tão somente, expor uma tese geral. Propor à comunidade de pesquisadores e estudiosos interessados no rural brasileiro a realização de um esforço de investigação sobre “o todo” (ou a totalidade) acerca do “mundo rural”. Em suas palavras, no artigo, “requer-se uma compreensão inteligível e lógica de todas as partes constitutivas e suas relações de interdependência, envolvendo os numerosos ramos produtivos, os múltiplos mercados, as regiões rurais em suas vicissitudes, os biomas e suas respectivas dinâmicas produtivas, tecnológicas e econômico-financeiras, igualmente incluindo as dimensões político-institucionais e o conjunto de processos sociais e culturais”. O texto discute alguns detalhes empíricos e razões teóricas que justificariam essa demanda, o autor inclusive subscrevendo o argumento sobre a existência de alguns “limites” que seriam concretizados na expansão recente da economia agropecuária, seja o teto da produtividade ou, então, mas visivelmente e com muito mais urgência, os limites ambientais.

Completando a coletânea, Zenaide Rodrigues Ferreira e Maria Thereza Macedo Pedroso oferecem um instigante artigo (*Produção de hortaliças no século 21*) sobre um subsetor produtivo que raramente tem despertado a atenção dos pesquisadores, não obstante a sua forte relevância econômica e social – a produção de hortaliças no Brasil. Um ramo produtivo decisivo, por exemplo, em função do peso do trabalho (familiar e contratado) que caracteriza tais atividades. As autoras decidiram analisar como esse subsetor bem evoluindo em sua formatação tecnológica ao longo dos anos mais recentes. Inclusive, aplicando métodos estatísticos sofisticados, criaram um indicador intitulado de “Intensidade Tecnológica” e usaram os

dados de diferentes censos (2006 e 2017) para aferir as tendências ocorridas. Valendo-se de tal metodologia (que poderia ser aplicada a outros subsetores), as autoras demonstraram como a horticultura brasileira evoluiu extraordinariamente no tocante à sua intensificação tecnológica, em especial em relação às chamadas “hortaliças-*commodities*”, sobretudo nas regiões onde existe concentração produtiva e há claros indícios de especialização.

Referências

- Barros, G. S. B. e Navarro, Z. (orgs.). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, 2022
- Buainain, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014
- Castro, A. B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971
- Chaddad, F. **The Economics and Organization of Brazilian Agriculture**. Londres: Academic Press & Elsevier, 2016. Edição brasileira, **Economia e organização da agricultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2017
- Hoffmann, R. A distribuição da posse da terra no Brasil (1985-2017). In: Vieira Filho, J. E. R. e Gasques, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil. Cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA, 2020, p. 77-90
- Klein, H. S. e Vidal, F. V. **Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020
- Klein, H. e Luna, F. V. **Brazilian Crops in the Global Market**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023
- Steckel, R. e White, W. **Engines of growth: farm tractors and twentieth-century US economic welfare**. Washington: National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper, número 17.879), 2012